

nesta edição

Conciliar é Legal: CNJ entrega prêmios da 10ª edição **P.1**X Fonamec debaterá conflitos com prestadores de serviços públicos **P.2**Ciclo de Entrevistas a VIMS /GEMME Com a Dra. Daniela Patricia Almirón **P.3**Novos eventos **P.4**

“O reconhecimento conferido pelo Conciliar é Legal não se limita às ações desencadeadas no âmbito do Poder Judiciário, mas também é aberto a pessoas físicas e jurídicas, da esfera pública ou privada. O objetivo é incentivar a cultura da paz”, afirmou o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, durante a cerimônia realizada na terça-feira (18).

Conciliar é Legal: CNJ entrega prêmios da 10ª edição

O Prêmio Conciliar é Legal premiou práticas que buscam a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação. Foram 10 iniciativas premiadas e seis menções honrosas que receberam a certificação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Criado em 2010, o Prêmio chegou à sua 10ª edição dando reconhecimento às boas práticas desenvolvidas, com o objetivo de consagrar iniciativas inovadoras que levem à solução de litígios por decisão consensual entre as partes.

Na décima edição do Prêmio, 46 práticas entraram na disputa. Apenas a Justiça Militar e a Eleitoral não apresentaram projetos. A escolha das práticas premiadas pelo Comitê Gestor da Conciliação ocorreu, de forma inédita, por meio de votação virtual, realizada no período de 22 a 27 de janeiro de 2020. O prêmio também foi entregue aos tribunais que alcançaram índices expressivos de conciliação durante a Semana da Conciliação ao longo do ano.

Para o presidente da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos do CNJ, conselheiro Henrique Ávila, o prêmio contribui para mudar a cultura de judicialização excessiva que predomina no país. De acordo com ele, o Poder Judiciário é moroso, pois está abarrotado de processos. Contudo, os 10 anos do Prêmio Conciliar é Legal mostram que a cultura do litígio está mudando no Brasil. “Esse é um movimento que vem para o bem do Poder Judiciário e das partes, para a solução de litígios.”

Ao premiar as práticas que estimulam a cultura do acordo, Ávila considera que o CNJ contribui para que a sociedade tenha mais conhecimento sobre a possibilidade da conciliação antes da judicialização. “A sociedade ainda precisa dessas informações. Muitas vezes as pessoas não sabem que é possível ir a um centro de mediação e conciliação, antes de ajuizar uma ação. Mas isso está mudando. A cultura da autocomposição – conciliação e mediação – está sendo cada vez mais difundida e não tenho dúvida de que veio para ficar, para o bem de todos.”

X Fonamec debaterá conflitos com prestadores de serviços públicos

Estão abertas as inscrições para o X Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), que será realizado entre os dias 25 e 27 de março, em Maceió (AL).

Neste ano, o foco do encontro é a discussão sobre conflitos entre consumidores e prestadoras de serviços públicos.

Durante o evento, os participantes vão elaborar ainda propostas legislativas para melhorar essa relação entre usuários e concessionárias.

Também estão abertas as inscrições de práticas especiais sobre métodos consensuais. Os interessados em participar poderão enviar os projetos pelo e-mail do evento conciliar@tjma.jus.br até o próximo dia 13 de março.



A palestra inicial, que ocorre no dia 25, será com o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que falará sobre as ações e políticas do CNJ nas áreas de mediação e conciliação. Já o conselheiro Henrique Ávila, que preside a Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos do CNJ, participa, no dia 26, do painel “O tratamento adequado dos conflitos decorrentes da relação de consumo e do uso dos serviços públicos”.

“É muito relevante que o Fonamec se ocupe deste tema, porque um dos maiores índices de judicialização se refere às demandas de consumo decorrentes da prestação de serviços públicos. A política de tratamento adequado de conflitos deve atingir principalmente demandas dessa natureza”, enfatizou o conselheiro. Entre os demais assuntos que serão debatidos estão a regulação de serviços e conciliação no poder público, a questão das câmaras privadas e o tratamento das demandas presenciais e *online* e o

No último dia, serão apresentadas cinco práticas de tribunais distintos, que servirão como casos passíveis de replicação.

Sobre o Fonamec

O objetivo do Fórum é promover discussões e levantar boas práticas para aprimorar o exercício das funções desempenhadas por seus integrantes, buscando aperfeiçoar cada vez mais os métodos consensuais de solução de conflitos por meio do intercâmbio de experiências. Os encontros do Fonamec reúnem presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça dos estados, magistrados dirigentes dos centros de conciliação, coordenadores dos núcleos permanentes, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados.

Nos primeiros dois anos de existência, o Fórum Nacional de Mediação e Conciliação destinou-se a sua organização institucional, além da edição de 56 Enunciados, os quais, aprovados pela Comissão Permanente de Acesso à Justiça e referendados pelo Plenário do CNJ, passaram a integrar a Resolução CNJ nº 125/2010 com caráter

“Percebemos que esse tipo de conflito é recorrente e em grandes proporções. Queremos debater, buscar cases e apresentar alternativas de solução sem ser pela via judicial”, explicou o presidente do Fonamec e juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Alexandre Lopes de Abreu.

Além dos conflitos nas relações de consumo, serão debatidos os impactos das ferramentas digitais no atendimento aos consumidores de serviços públicos.

A resolução definiu, entre outras medidas, a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e o incentivo ao treinamento permanente de magistrados, servidores, mediadores e conciliadores nos métodos consensuais de solução de conflito.

Fonte: CNJ

**CICLO DE
ENTREVISTAS
A VIMS**



**MARZO
2020**



**DANIELA
PATRICIA
ALMIRÓN**



Ciclo de Entrevistas a VIMS / GEMME Com a Dra. Daniela Patricia Almirón

Esse mês a entrevista no ciclo de palestras da VIMS/GEMME foi com a Dra. Daniela Patricia Almirón.

Abogada por la Universidad Católica de Cuyo. Mediadora por el Centro de Mediación de la Universidad Maimónides. Directora Ejecutiva CIEDEPAS Centro Internacional de Estudios sobre Democracia y Paz Social, Embajada de Paz Bandera de Röerich. Mediadora especializada en Retención ilegal de menores por MiKK. Oradora TEDx Puerto Madryn. Docente MEDIANTE y ODRLatinoamerica, entidades capacitadoras del MJDDH de Argentina, Universidad de La Punta. Integrante de la Red Federal de Mediadoras con Perspectiva de Género Resol. 1325 ONU, de Argentina. Asociada a Asociación de Mujeres Jueces de Argentina. Asociada a GEMME Grupo Europeo de Magistrados por la Mediación. "Si verdaderamente queremos comunidades pacíficas y pacificadas, v

sus miembros con oportunidad de concretarlo, no solo hay que proclamarlo, sino aplicarlo. Esta aplicación debe ser permanente y de crecimiento y de proyección, no de meseta y retroceso."

Me gustaría que fuese una verdadera primera opción de gestión de conflictos en todos los ámbitos. Que el diálogo conducido, incluso de las partes, de sus letrados, de todos aquellos que son útiles para construir soluciones sentidas justas por cada uno, fuera la primera opción adecuada de gestión.

"La evolución de la mediación a nivel micro y macro ha sido de crecimiento, tanto de conocer por la comunidad esta modalidad de abordaje y solución de conflictos, como de potenciar su calidad. Este crecimiento, dado los diferentes contextos socio económico culturales geográficos y jurídicos, depende justamente de la influencia de estos factores.

El reconocimiento de la mediación como una forma de solución de conflictos desde los organismos supranacionales ONU, UE, como obligación de darla a conocer para que la ciudadanía pueda optar por esta forma de resolver sus problemas. Se conjugan las políticas estatales de implementación como los emprendimientos privados a la luz de las normativas que lo permiten".

A Casa da Família vai atender moradores dos bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba, na Zona Oeste do Rio, prejudicados com as chuvas que atingem a região. Quem precisar tirar 2ª via de certidões de nascimento e casamento deve procurar a unidade em Santa Cruz (Rua Olavo Bilac, s/n, Bloco B, Santa Cruz), de segunda a sexta, das 11h às 17h.

A Casa da Família é uma iniciativa lançada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Funciona para resolver conflitos familiares sem a necessidade de processo judicial.

Os telefones da Casa da Família são 3626-8526 e 3626-8519. O e-mail é scrcasadafamilia@tjrj.jus.br

Próximos eventos

PALESTRAS GRATUITAS

Direito de Família

DIA 10 DE MARÇO

Das 16h às 17h

Ellen Garcia Mesquita
Juíza titular da 4ª Vara de Família da Regional de Bangu

Tema: Casa da Família - Uma nova abordagem do conflito familiar

Das 17h às 18h

Dra. Ana Cristina Pinheiro
Advogada e Profª na Universidade Estácio de Sá

Tema: A utilização de novos métodos na solução dos conflitos familiares para humanização da justiça e o melhor interesse das crianças

Auditório da Sede OAB Bangu
Rua Santa Cecília, 686, Bangu.

Inscrições: Sede da OAB Bangu
(21) 3421-1955 | (21) 3421-2108

OAB BANGU **OAB CDF**

f /oabbangu
oabbangu

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO EM MEDIAÇÃO

O NUPEMEC convida para o

1º Encontro do Programa de Aprimoramento em Mediação/2020.

Palestra "Famílias sem fronteiras: a importância da mediação no combate e na prevenção da subtração internacional de crianças", ministrada pela Drª Renata Padrão - advogada, mediadora sênior e mestre em direito pela universidade de Westminster.

Data: 16 de março
Horário: das 14h às 16h
Local: Rua Dom Manuel, 29, sala 504, 5º andar - Centro - Rio de Janeiro

Inscrições pelo e-mail: nupemec@tjrj.jus.br. Favor enviar nome, CPF ou matrícula funcional

*Informamos que após confirmada a inscrição o não comparecimento implicará na suspensão da participação em evento do NUPEMEC por 60 dias.

NUPEMEC

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ABI e SindJor convidam para

Jornada Nacional de Mediação de Conflitos

8h30|9h abertura ABI e SindJor

9|9h50 painel 1: A ERA DO DIÁLOGO E A MEDIAÇÃO - Ronan Ramos (mediador) e Tania Almeida (mediadora)

9h50|10h40 painel 2: A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - Cristina Fibe (jornalista entrevistadora) e Samantha Pelajo (mediadora entrevistada)

10h40|11h intervalo

11|11h50 painel 3: A MEDIAÇÃO NO COTIDIANO DA SOCIEDADE - Lisia Palombini (jornalista e mediadora), Lisia Rodrigues (juíza de direito) e Ursula Freitas (mediadora)

12|12h30 debate com o público

público alvo:
jornalistas, mediadores,
estudantes de jornalismo, estudantes de direito

27 DE MARÇO | 8:30 - 12:30

Auditório ABI
Rua Araújo Porto Alegre, 71 - Centro,
Rio de Janeiro

EVENTO GRATUITO!
INSCREVA-SE:
JORNADANACIONALMEDIACAO@GMAIL.COM

ABI **SINDJOR** **CONJAMA**